



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



Território, paisagem e desenvolvimento territorial nas atividades rurais não agrícolas

Gabriela Bitencourt Alves¹

Daniela Oliveira²

Resumo

Este artigo analisa as transformações no espaço rural brasileiro à luz dos conceitos de território, paisagem e desenvolvimento territorial, com ênfase nas tensões entre apropriações hegemônicas e práticas locais. O objetivo geral é compreender como os processos de revalorização do rural, impulsionados por novas atividades como o turismo, interagem com os usos visíveis e invisíveis do território, evidenciando disputas, ressignificações e estratégias coletivas de afirmação territorial. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise teórico-conceitual fundamentada em autores como Milton Santos, Bernard Pecqueur e Marcelo Lopes de Souza. Os resultados indicam que o espaço rural vem sendo reconfigurado por múltiplos atores sociais e econômicos, revelando conflitos entre lógicas de desenvolvimento voltadas à competitividade e práticas locais de resistência, que buscam preservar identidades e fortalecer vínculos comunitários. Conclui-se que a valorização do rural não pode ser dissociada da luta por justiça territorial, sendo necessário integrar os saberes e práticas das comunidades locais aos processos de ordenamento e desenvolvimento. A pesquisa evidencia a importância de políticas públicas participativas, que reconheçam a multifuncionalidade do espaço rural e promovam a equidade no acesso a recursos, poder e oportunidades, contribuindo para um desenvolvimento territorial mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Território; Paisagem; Desenvolvimento territorial; Atividades rurais não agrícolas.

Territory, landscape and territorial development in non-agricultural rural activities

Abstract

¹ Mestranda em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento pelo PGDREDES na UFRGS Litoral Norte, e-mail: gabrielabitencourt2011@hotmail.com, ORCID 0009-0007-5389-5329.

² Mestre (2007) e doutora (2014) em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/ UFRGS, e-mail daniela.oliveira@ufrgs.br.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



This article analyzes the transformations in the Brazilian rural space through the lens of the concepts of territory, landscape, and territorial development, with emphasis on the tensions between hegemonic appropriations and local practices. The general objective is to understand how the processes of rural revalorization, driven by new activities such as tourism, interact with the visible and invisible uses of the territory, highlighting disputes, resignifications, and collective strategies of territorial affirmation. The research adopts a qualitative approach, based on a bibliographic review and theoretical-conceptual analysis grounded in authors such as Milton Santos, Bernard Pecqueur, and Marcelo Lopes de Souza. The results indicate that rural space has been reconfigured by multiple social and economic actors, revealing conflicts between development logics focused on competitiveness and local practices of resistance, which aim to preserve identities and strengthen community bonds. The study concludes that the revalorization of rural areas cannot be dissociated from the struggle for territorial justice, and it is essential to integrate local knowledge and practices into planning and development processes. The research highlights the importance of participatory public policies that recognize the multifunctionality of rural space and promote equity in access to resources, power, and opportunities, contributing to a more just and sustainable territorial development.

Keywords: Territory; Landscape; Territorial Development; non-agricultural rural activities.

1 Introdução

O espaço rural brasileiro tem sido reconfigurado por processos como a modernização agrícola, a expansão do agronegócio e o crescimento de atividades não agrícolas, como o turismo. Essas transformações impulsionam a revalorização do espaço rural, marcada por disputas de poder, interações sociais e redefinições territoriais. Enquanto setores dominantes promovem formas de mercantilização do rural, movimentos locais reivindicam autonomia territorial e preservação de práticas socioculturais.

Este artigo analisa a revalorização do espaço rural à luz das contribuições teóricas de Milton Santos, Bernard Pecqueur e Marcelo Lopes de Souza, com base em revisão bibliográfica qualitativa e interpretação articulada de autores fundamentais dos estudos territoriais. A análise apoia-se em Milton Santos (território como construção social e campo de poder), Bernard Pecqueur (desenvolvimento territorial e construção de recursos) e Marcelo Lopes de Souza (usos invisíveis do território e disputas simbólicas). Ao tratar a revalorização do espaço rural como processo conflituoso e negociado, o artigo contribui para refletir sobre os desafios do ordenamento territorial enquanto mediação entre múltiplas demandas sociais.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



A estrutura do artigo se divide em três partes. Inicialmente, são discutidos os conceitos teóricos fundamentais para a análise do território e da paisagem, com destaque para as contribuições de Santos, Pecqueur e Souza. Em seguida, analisa-se como esses conceitos se articulam, evidenciando as interações entre os usos visíveis e invisíveis do território. A terceira parte aprofunda essa articulação por meio de exemplos e categorias analíticas que mostram como os recursos genéricos e específicos, os objetos técnicos e as redes (visíveis e invisíveis) expressam as disputas em torno da valorização do território e da paisagem.

2 Fundamentação teórica

Este capítulo discute os principais aportes teóricos sobre território, paisagem e desenvolvimento territorial. Nesse sentido, Bernard Pecqueur contribui com a noção de recursos específicos e sua centralidade na construção de modelos endógenos de desenvolvimento. Milton Santos oferece a base para pensar a paisagem como resultado da interação entre sistemas técnicos e sociais, visibilizando as lógicas hegemônicas de apropriação. Marcelo Lopes de Souza, por sua vez, aprofunda o olhar sobre as territorialidades plurais, tensionadas entre tradição, mercado e resistência. Juntos, esses autores fornecem um aparato conceitual robusto para compreender o espaço rural como território vivo, simbólico e politicamente disputado.

Para Milton Santos (2006), o território vai além da ideia de um simples espaço físico, como uma área delimitada no mapa. Ele é uma construção social que é constantemente moldada pelas ações humanas e pelas dinâmicas de poder. O território não é um local fixo, estático, mas sim um espaço que se transforma ao longo do tempo, sendo profundamente afetado por fatores como a tecnologia, a ciência, e as relações econômicas e sociais. Santos destaca que, no mundo contemporâneo, o território está repleto de objetos técnicos, coisas que usamos no nosso cotidiano, como ferramentas, máquinas e dispositivos tecnológicos.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



Os objetos técnicos, para Santos, são carregados de simbolismo e operam como promessas de desenvolvimento, revelando os processos invisíveis que moldam o território. O autor também sublinha a ideia de que o território é dinâmico. Ele não está fechado ou determinado. As relações de poder, os fluxos econômicos, as tecnologias e até os movimentos migratórios têm um impacto direto sobre a forma como os territórios se reconfiguram. O território, portanto, é produzido constantemente. Além disso, a tecnologia conecta objetos técnicos e sistemas de comunicação, criando uma rede global de interações, onde o local e o global se influenciam mutuamente.

Por fim, cria-se um território onde as funções e os usos são moldados por um sistema maior de ações que visam, em última instância, a acumulação de capital. Assim, o território é moldado por relações de poder que definem seus usos e objetos técnicos.

Souza(2017) propõe uma leitura do território que articula tanto sua materialidade física quanto sua dinâmica em rede. Nesta, os espaços não precisam estar contiguamente conectados: trata-se de um sistema formado por nós (pontos) e arcos (fluxos) que articulam bens, pessoas e informações. Tal configuração resulta em territórios descontínuos, onde os nós, vistos em maior escala, podem ser analisados como unidades territoriais com estrutura interna própria. Em contraposição, os territórios contínuos se organizam em superfícies conectadas, demandando atenção à sua complexidade interna.

A este território em rede, se atribuem os aspectos de: território descontínuo, onde os nós são adimensionais, e o conteúdo interno não precisa ser considerado; enquanto no território contínuo a escala é uma superfície (não um ponto) e é onde a estrutura interna precisa ser considerada. Dessa forma, em territórios descontínuos, cada nó que compõe este espaço, ao ser analisado sobre outra escala, pode ser visto como uma área individual. Embora pareçam desconectados, estes nós fazem parte de uma rede que conecta vários territórios contínuos, criando uma relação entre eles, mesmo que fisicamente afastados.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



A reflexão de Souza reforça a ideia de que os territórios descontínuos não são apenas uma característica do espaço físico, mas também refletem as dinâmicas de poder e a interação entre diferentes esferas de autoridade. Ele propõe que, na realidade, os territórios são compostos por uma superposição de diferentes territórios, que podem ser contínuos ou descontínuos. Essa sobreposição, longe de ser harmônica, revela conflitos entre diferentes lógicas de apropriação do espaço, como entre grandes proprietários rurais, pequenos agricultores familiares, comunidades tradicionais e agentes do turismo. Esses conflitos expressam diferentes regimes de territorialidade, evidenciando que o território é sempre um campo de disputas políticas.

Outro ponto importante trazido por Souza, é o “território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2017, p.96). O autor defende que o território não pode ser desassociado das práticas sociais, das relações de poder e da valorização pelo trabalho. Sempre que houver intervenção humana na natureza através do trabalho, valorizando o espaço social, haverá também um processo de territorialização.

Assim como Souza enfatiza a dimensão relacional e conflituosa do território, Pecqueur (2005) também o concebe como uma construção social, distinguindo entre o território dado, institucionalizado, e o território construído, resultante das ações dos atores locais. Portanto, o território é tanto um espaço delimitado por fronteiras físicas quanto o resultado de uma construção social que define as funções e os significados atribuídos a esse espaço por seus habitantes.

Pecqueur concebe o território como construção social, resultado das interações entre atores locais e das práticas que atribuem sentidos e funções ao espaço. O desenvolvimento territorial, para o autor, emerge desse processo e está enraizado na valorização de recursos específicos e da cooperação local.

No que se refere ao conceito de paisagem, para Santos(1996) é o conjunto visível das formas naturais e artificiais acumuladas historicamente, enquanto o espaço é a articulação



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



entre essas formas e as práticas sociais que as atualizam. A paisagem é transtemporal, enquanto o espaço, é vivido e constantemente renovado.

Para o autor, a paisagem é um sistema material que oferece um registro da história congelada. Embora suas formas sejam heranças de contextos sociais passados, elas podem ser reinterpretadas e ressignificadas no presente. Isso ocorre porque essas formas sobrevivem aos modos de produção que as originaram, mas mudam de função ao responder às novas demandas sociais. Assim, a paisagem se apresenta como uma estrutura onde as sucessivas camadas das ações humanas são revisitadas, ainda que não completamente reconstruídas.

Pierre George, citado por Santos (1996), critica a visão estética e limitada da paisagem. Para Santos, é ao confrontar a paisagem com a sociedade atual que se compreende sua função, pois suas formas são vestígios de contextos passados reinterpretados no presente.

Para compreender a paisagem, Santos sugere não tratá-la apenas como uma configuração física estática, mas como um sistema material que participa indiretamente da história presente. Embora suas formas permaneçam relativamente estáveis, elas adquirem novos significados sociais conforme a sociedade lhes atribui novas funções. Dessa forma, a paisagem se conforma como um registro material que, ao mesmo tempo em que guarda memórias do passado, dialoga com o presente por meio das transformações constantes do espaço.

Saquet (2008) parte da bibliografia onde Santos, Raffestin e Quaini colocam o espaço em um caráter espaço-temporal. Na referida obra, cita Quaini que considera a junção dos tempos da sociedade e da natureza, propondo uma geografia histórica, onde a formação do território e da paisagem são materialidades. Enquanto para Turri, há também a imaterialidade, assim, o território é a apropriação social do ambiente, com múltiplas variáveis e relações recíprocas, enquanto a paisagem é o nível percebido deste processo.

Galvão e Varetta (2010) consideram que a paisagem emerge em sua materialidade através do filtro sócio-cultural do observador. Não depende só de olhar, mas de todos os



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



sentidos que o relacionam com aquilo que é observado. O espaço pode ter o sentido de recurso natural, de quadro de vida ou ainda espaço de natureza, estes sentidos interpretados pelo observador através de seus sentidos resultam em uma paisagem.

A partir dessa perspectiva, território e paisagem são dimensões interdependentes: o primeiro diz respeito à apropriação política e funcional do espaço, enquanto a paisagem expressa, na materialidade visível, os sentidos simbólicos e sociais dessa apropriação. No espaço rural, especialmente, essas dimensões se entrelaçam de forma singular, refletindo tanto heranças produtivas quanto reinterpretações contemporâneas marcadas pela multifuncionalidade.

Com base nessas concepções, o capítulo seguinte analisa as interações entre atores, práticas e discursos no contexto do espaço rural brasileiro.

3 Análise

Neste capítulo, serão analisadas as interações entre os conceitos de território e paisagem, com foco nas dinâmicas de poder, transformações sociais e usos do espaço rural. A partir das abordagens teóricas de Milton Santos, Bernard Pecqueur e Marcelo Lopes de Souza, discutiremos como essas perspectivas se complementam e se entrelaçam, contribuindo para uma compreensão mais ampla das relações territoriais.

Apesar de distintas, as abordagens de Santos, Pecqueur e Souza convergem ao tratar o território como construção social dinâmica, marcada por relações de poder, práticas espaciais e apropriações simbólicas. Em todas as abordagens discutidas, o território é compreendido como uma construção social, resultante da interação entre múltiplos atores, fluxos e redes.

Os atores incluem pessoas civis, grupos organizados, instituições públicas, privadas e organizações não governamentais. Cada um destes atores possui diferentes níveis de ciência, informação e intencionalidade (Santos) ou funciona como nós adimensionais (Souza). Assim,



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



eles moldam o território a partir de distintas perspectivas, níveis de poder e capacidades de articulação. O território nacional organiza a distribuição de recursos que, dentro de cada estado, região, cidade e bairro, podem ser influenciados por atores diversificados, impactando a forma como os investimentos são aplicados.

O modo como cada ator demanda seus interesses através da instrumentação espacial é a territorialização. Para Santos, este fenômeno resulta em território produzido; para Souza, em território descontínuo e território contínuo; enquanto, para Pecqueur, manifesta-se como território dado e território construído. Em todos os casos, considera-se que o território não é necessária e exclusivamente fixo, contínuo, fisicamente e institucionalmente determinado. O território está em constante reconstrução em busca de poder, abrangendo domínio e contiguidade espacial, mas também interesses institucionais, ações humanas e fluxos locais e globais.

Diferentes grupos sociais territorializados, como comunidades indígenas, quilombolas ou urbanos periféricos, criam redes invisíveis que tensionam o território formal com múltiplas demandas e estratégias de resistência ou adaptação. Cada ator pode criar redes invisíveis territorializadas que se sobrepõem ao limite territorial formal, gerando diferentes demandas e dinâmicas de pressão ou harmonia.

A relação entre as demandas tangíveis e intangíveis dos atores e as infraestruturas disponíveis (ou ausentes) é influenciada pelo fluxo de informação global. Como aponta Santos, os objetos técnicos que constituem essa convivência contém ciência, informação e intencionalidade, de modo que certas demandas e infraestruturas podem ser mais estimuladas do que outras.

Um viés desenvolvimentista do Estado, por exemplo, pode privilegiar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador do progresso, com base nas variáveis como geração de empregos e renda. No entanto, isso pode não considerar a oferta de vagas em creches, a



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



rede de ensino ou ainda a insegurança e precariedade do trabalho informal, como o de vendedores ambulantes e trabalhadores da noite.

Os objetos técnicos que compõem os territórios visíveis e invisíveis possuem valor mercantil e tendência a obsolescência, o que pode levar certos territórios a serem mais desenvolvidos do que outros. A disponibilidade de vagas de emprego em determinada área, por exemplo, pode ser mais relevante para nichos de mercado e economia do que a distribuição e qualidade da infraestrutura para a população que se constitui como mão de obra. Dessa forma, os interesses dos atores são condicionados por dinâmicas hegemônicas.

Ao mesmo tempo, a grande conectividade e rapidez na troca de informações permitem que estes grupos territorializados se conectem com outras pessoas e objetivos semelhantes em qualquer parte do mundo, configurando territórios invisíveis e descontínuos de atores movidos pelo mesmo propósito.

Aspectos visíveis e invisíveis do território também podem ser encontrados na definição de paisagem. Segundo Santos, a paisagem se constitui em formas naturais e artificiais visíveis transtemporais refletindo heranças culturais, históricas e econômicas. Essas heranças podem ser reinterpretadas por objetos, atores, fluxos e discursos, em seus diferentes níveis de poder sobre um mesmo território. A Casa Grande, antes símbolo do poder agrário, hoje é ressignificada como patrimônio cultural e vetor de turismo, revelando a mutabilidade simbólica da paisagem rural.

Santos ao citar Pierre Jorge, destaca que a paisagem vai além do aspecto visível, incluindo a realidade social através da ressignificação de um objeto passado. Assim, uma Casa Grande pode ser ressignificada como espaço de conscientização racial por atores cujos ancestrais foram escravizados ou como patrimônio histórico-cultural de uma região. No sentido do espaço rural, há muitas situações e objetos exemplificando como diferentes atores moldaram o território visível e invisível, construindo novos territórios multiescalares de poder



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



de suas demandas. Manifestando-se na paisagem, como uma teia entre o passado, o presente, o antigo e o novo.

Para Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial é um processo dinâmico de mobilização dos atores locais em resposta às pressões globais, buscando diferenciação por meio de estratégias fundamentadas na cultura e nos recursos específicos do território. Essa construção ativa cria novos recursos e capacidades, como mão de obra qualificada ou conhecimento técnico, que conferem identidade e competitividade. Assim, o território construído não é apenas uma otimização do que já existe, mas a invenção de novas possibilidades por meio da articulação entre natureza, sociedade e inovação.

No contexto do desenvolvimento territorial, a especificação de produtos e recursos torna-se relevante. Os recursos ativos podem ser genéricos, como matérias-primas e mão de obra não qualificada, ou específicos, como conhecimento técnico e capacidades enraizadas localmente. A transformação de recursos genéricos em específicos, por meio do acesso à ciência, à informação e à organização social, é central no desenvolvimento territorial. Essa transformação agrega valor e identidade aos produtos, tornando-os menos transferíveis e mais competitivos no cenário global.

O desenvolvimento territorial não ocorre de forma isolada, mas é moldado pelas relações sociais e econômicas que organizam o espaço. Nesse sentido, as perspectivas teóricas de Pecqueur, Santos e Souza oferecem uma base para compreender como poder, relações sociais e usos do território constroem dinâmicas territoriais que atendem às demandas sociais.

O desenvolvimento territorial trazido por Pecqueur é consequência das relações sociais e econômicas conceituada por Santos e Souza, onde o poder, as relações sociais e usos do território constroem dinâmicas territoriais em busca da materialização de suas demandas. O poder se manifesta em diferentes escalas, desde a legislação federal e estadual até as ações de organizações locais, sejam públicas, privadas, civis ou comerciais. Essas escalas de atuação



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



variam conforme as relações sociais que utilizam e moldam o território, construindo um espaço dinâmico e complexo.

Pode se manifestar sem contiguidade espacial, em redes visíveis e invisíveis, de acordo com dinâmicas locais e globais. Uma cooperativa agroecológica ilustra bem essa dinâmica. Envolve redes visíveis, como feiras, caminhões e estradas, e invisíveis, como articulações entre associados, gestores e consumidores. Atende a demandas locais e globais, como as definidas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e demonstra como a diferenciação territorial se materializa na paisagem e nos produtos.

O desenvolvimento territorial implica a diferenciação, otimização e criação de novos recursos. O que pode estar atrelado às características e limites fisiográficos do território dado, mais a relação social do território construído. A cooperativa agroecológica implica características do território dado como: terras férteis, com bom regime de chuvas, relevo; e características do território construído como: mão de obra qualificada, instrumentos de trabalho, infraestrutura que provê o comércio.

Esta atividade pode ser um tipo de diversificação econômica em área rural historicamente saturada de outras práticas, ou ainda objetivando atender a demanda crescente das cidades por alimentos com maior qualidade e boas práticas. Portanto, o produto não só é resultado de um território dado, como também construído, para diferenciar os recursos disponíveis em uma área, em relação a outra, como também pode ser uma melhoria da qualidade ou a criação de uma nova modalidade de produto.

Os recursos ativos, sejam genéricos ou específicos, podem ser associados a objetos técnicos que envolvem diferentes níveis de ciência, informação e intencionalidade. Por exemplo, a mão de obra não qualificada pode ser um recurso genérico, utilizado como força de trabalho com baixa demanda por conhecimento científico ou informação sofisticada. Em muitos contextos, o acesso limitado a ciência e à informação mantém essa mão de obra em posições



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



menos qualificadas, garantindo a funcionalidade e a competitividade de determinados setores econômicos.

Por outro lado, a mão de obra qualificada representa um recurso específico, com maior nível de ciência e informação, necessária para operar tecnologias avançadas no campo. Um recurso genérico pode ser tornar específico por meio de investimentos que atendam às demandas locais, agregando intencionalidade e valor ao trabalho. Assim, o desenvolvimento territorial envolve a transformação de recursos genéricos em específicos, conforme as dinâmicas sociais e econômicas que moldam o acesso ao conhecimento e à informação.

Os objetos técnicos que podem estar presentes em recursos ativos genéricos ou específicos, estão sujeitos às dinâmicas do mercantilismo, da apropriação de capital e da ação hegemônica. Recursos como minérios, fertilidade da terra e recursos humanos, podem ser submetidos à lapidação dos interesses de engajamento como produto mineral, vegetal e pelo trabalho humano. Os atores, fluxos e redes podem engajar tais recursos em prol de mercados hegemônicos globais, tanto quanto podem se organizar em escalas locais e regionais visíveis e invisíveis.

Pecqueur (2005) enfatiza que os recursos específicos são construídos historicamente e ativados socialmente, o que significa que não se trata apenas de uma qualidade intrínseca, mas de uma capacidade coletiva de dar sentido e valor àquilo que é local. Ao contrário dos recursos genéricos, que podem ser explorados em qualquer lugar com condições semelhantes, os específicos estão atrelados em redes sociais, saberes tradicionais e instituições locais. A extração mineral pode ocorrer em qualquer solo rico, mas a lapidação artesanal, ao ser reconhecida como saber cultural específico e transmitida entre gerações, transforma o produto final em algo dotado de singularidade e identidade territorial, como o selo de indicação geográfica e o selo de patrimônio imaterial.

A Indicação Geográfica pode exemplificar o processo de transformação dos recursos ativos genéricos em recursos específicos, conforme discutido por Pecqueur (2005). Essa



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



certificação reconhece a singularidade de produtos cuja qualidade, reputação ou outras características derivam essencialmente do território onde são produzidos, o que implica uma forte territorialização da identidade local.

No entanto, a obtenção da IG envolve custos financeiros, burocráticos e técnicos que dificultam o acesso de pequenos produtores, comunidades tradicionais e grupos vulneráveis. Essa barreira favorece atores com maior capacidade organizacional e recursos, podendo reproduzir desigualdades internas e concentrar o controle da certificação em determinados grupos. Além disso, há riscos de apropriação dos benefícios por empresas externas, o que fragiliza a representatividade coletiva. Por fim, a IG pode levar à padronização e comercialização da cultura local, descaracterizando práticas tradicionais e simplificando a complexidade simbólica dos territórios multifuncionais.

De acordo com Milton Santos (2006), o território é uma construção social que inclui objetos técnicos e sistemas técnicos impregnados de ciência, informação e intencionalidade. Nesse sentido, a IG também configura um objeto técnico simbólico, que opera como promessa de desenvolvimento territorial sustentado na identidade cultural e na valorização dos saberes locais. Essa territorialização da produção, promovida pela IG, evidencia que o território não é um mero suporte físico da atividade econômica, mas um espaço dinâmico de disputas, negociações e construções simbólicas que materializam a resistência e a inovação.

Marcelo Lopes de Souza (2017) amplia essa compreensão ao destacar que as territorialidades múltiplas que se manifestam na paisagem não são apenas materialidades físicas, mas também expressões culturais e políticas. A certificação pela IG, portanto, é uma prática que reafirma e legitima territorialidades específicas, sendo simultaneamente uma estratégia econômica e uma forma de resistência simbólica. Ao valorizar e proteger as características locais, ela fortalece as redes sociais e as identidades coletivas que sustentam a reprodução dos territórios construídos.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



Dessa forma, a Indicação Geográfica não apenas agrega valor econômico aos produtos rurais, mas também atua como mecanismo de fortalecimento da autonomia territorial, promovendo um desenvolvimento rural que articula sustentabilidade econômica, social e cultural. Nesse sentido, a IG pode ser vista como um elemento-chave na revalorização do espaço rural brasileiro, na medida em que contribui para a diferenciação produtiva, a preservação da diversidade cultural e o enfrentamento das pressões homogeneizadoras do mercado global.

Não se trata de um território dado, dotado de recursos ativos genéricos. Não se trata meramente de uma área com riqueza mineral, com mão de obra não qualificada disponível para atender a propósitos mercantis e hegemônicos de apropriação de capital. O desenvolvimento territorial implica que o produto obtido do território dado por recursos ativos genéricos seja transformado em recurso específico através do trabalho, com a identidade local impressa nele. As características fisiográficas e do trabalho local é que lhe dotam de valor e competitividade.

Desse modo, a paisagem não deve ser compreendida apenas como um cenário estático, mas como expressão sensível e historicamente construída das relações de poder, memória e uso do território. Em diálogo com as formulações de Milton Santos (2006), pode-se pensar a paisagem como parte do sistema de objetos em constante tensão com os sistemas de ação, ou seja, como o espaço visível onde se manifestam disputas entre diferentes racionalidades.

A paisagem é o resultado visível das relações entre técnicas, normas e valores (Santos, 2006), mas é também espaço de vivências e significados. Para Souza (2017), as territorialidades se expressam na paisagem como práticas cotidianas, mas também como disputas por pertencimento e visibilidade. Isso significa que a paisagem rural não é apenas um reflexo da atividade econômica, mas uma arena onde se manifestam memórias coletivas, conflitos sociais e projeções de futuro. O rural turístico, por exemplo, transforma o campo em vitrine de um modo de vida idealizado, ao mesmo tempo em que reconfigura relações de poder e de uso da terra.



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



Nesse sentido, para Souza, esse aspecto se intensifica na medida em que a paisagem carrega marcas simbólicas, afetivas e culturais que expressam territorialidades múltiplas e, as vezes, conflitantes. Assim, ela se configura como suporte concreto e simbólico de práticas sociais que vão desde a produção agrícola tradicional até usos contemporâneos ligados ao lazer, ao turismo e ao consumo estético do rural.

Assim, a paisagem não deve ser entendida apenas como um conjunto de formas naturais e artificiais visíveis, mas também como um dispositivo político-cultural, onde se materializam tensões, identidades e disputas simbólicas. Conforme enfatizam Santos (1996) e Souza (2017), a paisagem carrega marcas de memória, poder e resistência, funcionando como um meio de expressão das territorialidades múltiplas que atravessam o espaço rural.

Nessa perspectiva, a paisagem opera como um campo onde práticas sociais e relações de poder se manifestam e se negociam. Ela revela os conflitos entre atores diversos, desde grandes proprietários e agentes do agronegócio até comunidades tradicionais e movimentos sociais, evidenciando as múltiplas formas de apropriação, ressignificação e defesa do território.

Além disso, a paisagem pode ser mobilizada como ferramenta política, capaz de fortalecer identidades locais e articular narrativas de pertencimento e autonomia. O reconhecimento e a valorização simbólica de elementos da paisagem, como construções históricas, sítios naturais ou práticas culturais, contribuem para a construção de discursos que resistem à homogeneização imposta pelos processos de mercantilização e globalização.

Assim, analisar a paisagem enquanto dispositivo político-cultural implica compreender as camadas visíveis e invisíveis que a compõem, revelando sua função estratégica nos processos de desenvolvimento territorial e nas disputas por justiça social e ambiental no meio rural contemporâneo.

A reinterpretação da paisagem, então está no centro dos processos de desenvolvimento territorial, à medida que articula heranças materiais, práticas culturais e novas estratégias de valorização econômica. Como indicam Galvão e Vareta (2010), essas



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



transformações refletem não apenas mudanças no uso do solo e nas dinâmicas populacionais, mas também a emergência de novas funções atribuídas ao rural, muitas vezes desvinculadas da produtividade clássica, mas vinculadas à produção de sentido, identidade e valor simbólico. Ao conectar usos tradicionais e novas demandas territoriais através da multifuncionalidade, a paisagem torna-se instrumento estratégico de resistência e diferenciação, elemento chave na formulação de modelos de desenvolvimento que valorizem as especificidades locais e promovam justiça territorial. Sua análise crítica, portanto, contribui para evidenciar as disputas em curso e reforça a necessidade de políticas públicas sensíveis à complexidade do rural contemporâneo.

4 Considerações finais

As transformações no espaço rural brasileiro mostram a complexidade das interações entre usos visíveis e invisíveis do território, onde distintas formas de apropriação, resistência e inovação se articulam. As novas atividades não agrícolas, como o turismo rural e a agroecologia, não podem ser compreendidas de forma separada, mas como parte de um processo mais amplo de construção territorial, no qual se tensionam práticas tradicionais e interesses hegemônicos.

A partir da revisão de autores como Milton Santos, Bernard Pecqueur e Marcelo Lopes de Souza, foi possível compreender que os usos não agrícolas do espaço rural constituem não apenas uma reconfiguração econômica, mas uma disputa política e simbólica pelo território. A paisagem, as práticas cotidianas e os vínculos socioterritoriais são campos de negociação entre diferentes projetos de ruralidade, em que se confrontam racionalidades técnico-produtivas, memórias afetivas e desejos de pertencimento.

Nesse contexto, o desenvolvimento territorial exige mais do que a introdução de novas funções econômicas. Ele depende do reconhecimento das especificidades locais, da valorização dos recursos endógenos — muitos dos quais são intangíveis e simbólicos — e do fortalecimento das redes sociais que sustentam a vida coletiva no campo. É fundamental que políticas públicas



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



considerem essas dinâmicas e incentivem processos participativos que ampliem o acesso das comunidades rurais à renda, ao conhecimento e ao poder decisório.

A revalorização do espaço rural, quando guiada por princípios de justiça social, autossustentabilidade e enraizamento territorial, pode se traduzir em um desenvolvimento mais inclusivo e representativo. Integrar saberes locais, práticas culturais e experiências coletivas às estratégias de desenvolvimento significa não apenas combater desigualdades históricas, mas também construir alternativas reais frente à homogeneização imposta pelas lógicas globais.

Ainda assim, é preciso reconhecer que muitas estratégias de valorização simbólica do território como o turismo rural e os mecanismos de certificação territorial carregam o risco de reproduzir desigualdades, apropriações indevidas e processos de mercantilização da cultura. Por isso, torna-se essencial uma análise crítica que revele as disputas em curso e questione quem são os atores legitimados a definir o que é valorizado e para quem.

Assim, o território deixa de ser apenas suporte de práticas econômicas e passa a ser reconhecido como espaço vivo, em disputa, continuamente (re)construído pelas relações sociais que o atravessam. O desafio contemporâneo consiste em sustentar políticas e práticas que reconheçam essa complexidade e fortaleçam projetos de desenvolvimento verdadeiramente plurais, justos e ancorados na diversidade dos mundos rurais.

Referências Bibliográficas

GALVÃO, João; VARETA, Nicole D. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. In: Cadernos do Curso de doutoramento em Geografia, junho de 2010. Disponível em
<<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/25322/2/nicoledavyvareta000100034.pdf>>
Acesso em 10 out 2024.



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Raízes, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005. Disponível em: <<https://desenvolvimentoareasperifericasblog.files.wordpress.com/2016/03/desenvolvimento-territorial-pecqueur.pdf> >. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção, 4. ed. 2. reimpr. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos).

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2008. p. 73-94.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elisa de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 17. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2017.